

Opinião Socialista

ANO XI - EDIÇÃO 301 - COLABORAÇÃO: R\$ 2 - DE 14 A 20/06/2007



**Conlutas X CUT, Conlute X Une
Cresce a disputa pela
direção no movimento**

PÁGINAS CENTRAIS



**NOVO ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO
ATINGE IRMÃO E COMPADRE DE LULA**

PÁGINA 5



**OCUPAÇÃO DA USP É REFERÊNCIA
DE LUTA EM TODO O PAÍS**

PÁGINAS 6 E 7



**CORREIO INTERNACIONAL: O QUE
ESTÁ POR TRÁS DO PSUV DE CHÁVEZ**

PÁGINAS 12, 13, 14 E 15

■ **DESPREPARO** - Em uma tentativa de livrar a cara de Vavá, seu advogado utilizou um esdrúxulo argumento: "Meu cliente não tem preparo para fazer lobby".

PÁGINA DOIS

■ **NO FORNO** - Romeu Tuma, que fará o relatório sobre Renan Calheiros, para o Conselho de Ética, já disse o que pretende fazer: "Não quero condená-lo, quero absolvê-lo".

CAMPANHA

O dirigente mineiro peruano Ronnie Cueto foi preso no dia 5 de junho em uma operação armada pela polícia do país para golpear o movimento organizado dos trabalhadores da mineradora chinesa Shougang Hierro Perú, parados desde o dia 10 de abril. A greve da Shougang Hierro

Perú, na cidade de Marcona, é uma resposta à super-exploração imposta aos mineiros peruanos, que somam 85 mil trabalhadores à margem da legislação trabalhista. O PST, seção peruana da LIT-QI, divulgou uma declaração política pela libertação de Ronnie.

PÉROLA

"Ô, arruma dois pau pra eu?"



GENIVAL INÁCIO DA SILVA, O VAVÁ, suplicando propina ao empresário Nilton Cezar Servo (Folha de S. Paulo 09/06/2007)

VERDADEIROS HERÓIS

Cortadores de cana-de-açúcar realizam uma greve em Goiás para obrigar usineiros a respeitar a legislação e a devolver suas carteiras de trabalho - que foram retidas pelos usineiros - e o seguro-desemprego. A greve atingiu os municípios de Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Itapaci, onde as atividades nos canais foram paralisadas no início da semana passada. Para

Marcos Praxedes, da direção do MLST, a greve, que envolveu cerca de 25 mil trabalhadores, mostra que as promessas de emprego com a indústria do etanol são pura fantasia. "Para os trabalhadores o etanol só provoca mais miséria, exploração e trabalho semi-escravo nas regiões canavieiras", disse ao Opinião.

CHARGE / AROEIRA

NA ÍNDIA, APRENDI A RECITAR MANTRAS PARA ATINGIR A PAZ INTERIOR...



REPITAM COMIGO:

VAVÁ, VÁ À...

REPRESSÃO

O ministro das Comunicações Hélio Costa (homem da Rede Globo no governo), afirmou que pretende reforçar a criminalização às rádios comunitárias. Para ele, apenas o fechamento de 1.602 rádios em 2006 não é o bastante. Os responsáveis têm que ser punidos, até com reclusão. O argumento utilizado é de que o sinal das rádios comunitárias supostamente interfere na comunicação dos aviões com as torres de comando.

SEM ALGEMAS

O ministro da Justiça, Tarso Genro, pediu ao diretor da PF, Paulo Lacerda, para fazer uma proposta sobre procedimentos que estão sendo criticados, principalmente pela OAB. Entre eles está o uso de algemas pelos figurões presos pela PF, buscas em escritórios de advocacia e a divulgação dos



resultados das investigações. O objetivo aqui é formalizar duas modalidades de presos: aqueles que não usariam algemas, os corruptos do colarinho branco, e os chamados "ladrões de galinha", que continuariam sendo submetidos aos atuais procedimentos.

PRESENTE!

Faleceu no dia 30 de abril José Eduardo Bordin Camarine, 42 anos, metalúrgico que trabalhava na empresa Bosch há mais de 20 anos. Camarine foi cipeiro por vários mandatos, militante do PSTU há mais de cinco de anos, e estava afastado do trabalho por questões de saúde. O companheiro deixará saudades e sempre será lembrado como um grande lutador.



ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

☐ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO PSTU EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R\$ 12)

☐ SOLIDÁRIA (R\$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:

☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC

☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

TRIMESTRAL

☐ (R\$ 36)

☐ SOLIDÁRIA:

R\$ _____

SEMESTRAL

☐ (R\$ 72)

☐ SOLIDÁRIA:

R\$ _____

ANUAL

☐ (R\$ 144)

☐ SOLIDÁRIA:

R\$ _____

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE *

☐ CARTÃO VISA Nº _____ VAL. _____

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:

☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC

☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

☐ BOLETO

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura para Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000 - Fax: (11) 5581.5776

Treze anos do assassinato de José Luis e Rosa Sundermann

AMÉRICO GOMES, da direção nacional do PSTU

Na madrugada do dia 12 de junho de 1994, em São Carlos (SP), foram assassinados José Luís e Rosa Sundermann. José Luís foi morto com dois tiros na cabeça. Estava sentado em frente à televisão, não podendo ter qualquer reação. Rosa estava sentada diante dele. Da forma como foi encontrada, presume-se que ela lutou com o assassino, que a golpeou com a coronha do revólver e depois deu o tiro fatal.

ASSASSINATO COVARDE

José Luís era dirigente do Sindicato dos Ser-

vidores da Universidade Federal de São Carlos e da Federação dos Servidores das Universidades Federais (Fasubra). Rosa havia sido eleita para o primeiro Comitê Central do PSTU no congresso de fundação, uma semana antes de seu assassinato.

O casal sempre foi muito ativo em todas as lutas sociais, estando presente nas mobilizações dos trabalhadores da região, como na greve dos cortadores de cana da Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool LTDA, em 1990.

Somente assassinos calculistas invadem uma casa na calada da noite e matam com tal

precisão e frieza. Nada foi roubado, nem sequer talões de cheque ou cartões de crédito. O assassinato desses combatentes revolucionários somente interessaria aos ricos e poderosos da região.

DENÚNCIA

Os advogados do Instituto José Luis e Rosa Sundermann, do PSTU, entraram com uma denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDHH), ligada à Organização dos Estados Americanos, por negligência governamental na apuração do crime.

A própria Polícia Civil da região admitiu



que não possuía condições de chegar à resolução de um crime tão complexo. O inquérito policial se transformou em um dos mais longos da história policial, ficando aberto por mais de dez anos.

No dia 16 abril, o secretário-executivo dessa comissão, Santiago A. Canton, informou que o Estado brasileiro foi notificado e tem dois meses para contestar. Com essa denúncia na CIDHH e a possível punição do Estado brasileiro, talvez seja feita, ainda que parcialmente, justiça.

OPINIÃO SOCIALISTA

é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguiar e Valério Arcary EDITOR Eduardo Almeida Neto JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes DIAGRAMAÇÃO Carol Rodrigues REVISÃO Marisa Carvalho IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356 ASSINATURAS (11) 5581-5576 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776
www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opinioa@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar
- sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013
- Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36,
Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700,
Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-
CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo,
sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 -
Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 -
Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 -
(34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna,
147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320,
s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto,
391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopeessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren,
29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa
Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras,
66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos,
45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto,
362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim,
128- sala 301 - Bairro Aterrado

NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL

CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho,
70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes,
150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza,
233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 /
3223-3807, santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,
104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,
Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim
Pedroso de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro - Av. João
Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 -
Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel
Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro
Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 -
Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor
Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16)
3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal.
Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSE DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 -
Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de
Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15)
9129.7865 sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos,
142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

A POLICIA FEDERAL É DIFERENTE?

As denúncias de corrupção sacodem o país com as operações da Polícia Federal. Gravações e fotos comprometedoras denunciam parlamentares, juízes, donos de construtoras e até o irmão do presidente. Novamente a consciência de que todas as instituições estão corrompidas se difunde.

Todas? Não, a PF está se reforçando no imaginário popular como algo diferente. Muitos trabalhadores que apóiam o governo falam: “agora sim temos um presidente que combate a corrupção, olha aí a ação da PF”. Será isso verdade?

Não é verdade que Lula combate mais que ninguém a corrupção. É fato que os indiciados pela polícia são soltos logo depois e terminam impunes. Todos os presos pela Operação Navalha, incluindo o dono da Gautama, estão livres.

Continua funcionando a lógica de classe da justiça burguesa: são presos (e muitas vezes torturados) os que roubam um pedaço de pão, mas ficam soltos os grandes ladrões que roubam milhões. Parlamentares reagem ao “vazamento de informações” contra esses ilustres larápios, mas se calam quanto ao massacre da polícia contra

ajuventude negra nos bairros pobres.

Vejamos o resultado das investigações feitas até agora contra a corrupção no governo Lula: dois deputados cassados, nenhum figurão preso. A impunidade realimenta a corrupção cada vez maior.

Não é verdade que a PF é uma garantia de investigação e punição. A explicação é outra: existe uma crise importante na polícia, marcada por um atrito com o governo em função do descumprimento de acordos salariais, o que levou os policiais à greve em meio às investigações. Também há uma séria disputa interna pela substituição do atual diretor-geral, Paulo Lacerda. Grupos chegam a utilizar as próprias investigações para denunciar seus adversários dentro da polícia. A Operação Navalha, por exemplo, derrubou três delegados, acusados de integram uma quadrilha que fraudava a construção de obras públicas. Isso faz a PF sair do controle imediato do governo ou da oposição de direita. Razão dos freqüentes escândalos.

No interior da PF existem policiais honrados e combativos, que enfrentam os governos nas campanhas salariais. Estes devem ficar insatisfeitos com a atual situação da instituição,

pois a própria PF não está imune à corrupção que assola o país. O primeiro indício está no exemplo acima. Entre os três delegados afastados por corrupção estava Zulmar Pimentel, o segundo na hierarquia da instituição. A PF, portanto, não é exceção no Estado burguês apodrecido pela corrupção.

É evidente também que a PF não revela tudo o que sabe e não investiga tudo o que pode. Nas recentes operações foi possível constatar seu poder de investigação. Só na Operação Xeque-Mate foram 156 mil ligações gravadas. Com toda essa capacidade, por que as relações de Lula com os episódios de corrupção não foram explicadas? Por que as investigações contra figurões como Renan Calheiros de repente empacam? Por que grandes bancos e construtoras não são investigados? A PF tem uma direção que, no final das contas, freia ou desvia as investigações. E faz isso porque é parte de um Estado que funciona sob uma lógica de classe, a serviço da burguesia e do capital. E que termina por dourar essa realidade, disfarçando a impotência do Estado burguês para acabar com a corrupção.

OPINIÃO - DOUGLAS BORGES, da Secretaria GLBT do PSTU

Com quase nada de política, Parada Gay reúne milhões

Douglas Borges, da Secretaria GLBT do PSTU

A 11ª Parada do Orgulho Gay e Lésbico de São Paulo, realizada no dia 10, reuniu cerca de três milhões de pessoas, segundo a organização. Foi a maior parada do mundo até o momento e abriu o calendário de eventos pelo país, cujo lema, este ano, é “Contra o racismo, o machismo e a homofobia”.

A grande imprensa destacou os altos lucros do setor de turismo e os “novos guetos gays”, ou seja, “liberados”, mas inacessíveis para uma ampla maioria dos homossexuais, tiveram programação especial para o evento.

A Parada, que poderia ser palco para denunciar que a maioria dos homossexuais vive num mundo muito diferente daqueles que circulam por corredores de hotéis e lugares da moda, foi ainda mais “carnavalizada” do que as anteriores. A Associação da Parada privilegia “parcerias” com empresas de serviços e produtos voltados para o público gay, a prefeitura, ONG’s, o governo estadual, ministérios e, a partir deste ano, empresas “patrocinadoras”.

Obviamente, como o principal interesse é aumentar os lucros, não há como manter o conteúdo



Parada Gay reuniu 3,5 milhões na Paulista

político e reivindicativo das origens da parada. Não há mais discursos nos carros de som que, em sua maioria, são trios elétricos de casas noturnas.

Essa lógica só reforça a mercantilização da luta contra a opressão. A violência e o preconceito que sofremos no dia-a-dia impedem que nos expressemos publicamente. Os poucos espaços que conquistamos com nossas lutas têm sido privatizados, permitindo o acesso somente àqueles que podem pagar.

Enquanto isso, ONG’s e o governo festejam os “avanços da cidadania”

para gays e lésbicas, ou seja, o “direito” de consumir e virar mercadoria. É preciso denunciar essa hipocrisia de Lula e seus aliados, como Marta Suplicy, a pelega CUT e os setores do movimento, que, ao mesmo tempo em que esvaziavam nossas lutas, armam palanque para receber Bush e o papa, inimigos dos homossexuais.

Contra tudo isso, o PSTU, apesar de criticar a despolitização da Parada, organizou uma coluna com a Conlutas, carregando faixas, bandeiras e cartazes com eixos pela unidade entre oprimidos e explorados na luta contra o governo Lula e o capitalismo.

Estamos certos de que a burguesia, que se beneficia da opressão, não tem interesse em levar adiante a luta dos homossexuais, principalmente daqueles que não podem consumir seus serviços. A única forma de luta conseqüente contra a opressão é anticapitalista.

Por isso, estaremos em todas as Paradas, país afora, sempre defendendo a unidade entre mulheres, gays, lésbicas, negros e negras, nos marcos da luta dos trabalhadores, contra a opressão e a exploração, para construir uma sociedade socialista, na qual seja possível acabar em definitivo com o preconceito. Essa é a bandeira que nos une.



WILSON H. SILVA, da redação

Há 40 anos, os Beatles lançaram o álbum "Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band", disco síntese da psicodelia e das revoluções comportamentais dos suínados anos 60.

Lançado em 1º de junho de 1967, "Sergeant Pepper's" foi a trilha sonora definitiva para os anos finais de uma década marcada, também, pela "revolução" do paz & amor, pelas experiências (e cores...) psicodélicas, pela exaltação libertária do feminismo, pelos movimentos negro e homossexual, pela prazerosa celebração do sexo livre. E a "concorrência" de discos aptos a embalar tudo isso não era nada desprezível.

Naquele mesmo ano, foram lançados outros tantos discos que marcaram época, como "Are You Experienced", de Jimi Hendrix, "The Velvet Underground and Nico" e "Surrealistic Pillow", do Jefferson Airplane, além de trabalhos igualmente revolucionários de Bob Dylan, Frank Zappa, Brian Wilson e Pink Floyd.

As belíssimas e inspiradas letras de "Sergeant Pepper's", bem como seus ousados arranjos, entraram para a história como o primeiro disco que John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr lançaram depois que o grupo, cansado, dentre outras coisas, do fanático assédio que os cercava, decidiu parar de fazer shows e produzir um álbum totalmente em estúdio. O que acabou fazendo do disco mais do que um simples apanha-

do de músicas, mas sim uma obra com identidade própria, formatada como um roteiro, sem interrupções entre as faixas.

Toda a concepção do álbum, inclusive, girou em torno da ideia de que ali não estavam os Beatles, e sim uma banda inventada, a Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band (algo como "A Banda do Clube dos Corações Solitários do Sargento Pimenta"). Um ponto a mais no quesito criatividade, num disco que ainda estava recheado de inovações musicais e técnicas revolucionárias de gravação em estúdio – onde eles se trancaram por seis meses, acompanhados, ao final, por uma orquestra de 160 instrumentos. Isso pra não falar na capa, que é um capítulo à parte.

"Quarentão", mas ainda vibrante em todos os cantos do mundo, "Sgt. Pepper's", de fato, merece ser comemorado. Não só porque continua repercutindo na música mundial, mas também por ainda ecoar fundo nos corações e mentes daqueles que, apesar do quase asfixiante cenário cultural da atualidade, resistem em alimentar as fantasias e os sonhos libertários que deram origem ao lendário disco.

UMA VIAGEM MUSICAL

"Sgt. Pepper" consolidou a ruptura definitiva dos Beatles com seu passado de "reis do iê-iê" – iniciada com "Rubber Soul" (1965) e, principalmente, com "Revolver" (1966).

Na primeira faixa, os músicos fazem um convite à viagem pela qual ele nos levará através de uma espécie de concerto, com os instrumentos sendo afinados e o público se acomodando na platéia. Na sequência, vem "With a Little Help from my Friends", seguida da

alucinada "Lucy in the Sky with Diamonds", cujas iniciais, LSD, até hoje provocam infundáveis debates.

Daí em diante, o que se pode ouvir é uma sucessão de inesquecíveis canções – a maioria delas compostas por Lennon e McCartney –, cheias de lirismo e poesia, como "A Day in the Life", "When I'm 64", "Within You Without You", "Lovely Rita", "She's leaving home" ou "Good Morning Good Morning". Músicas nos quais podem ser verificadas a sofisticação de arranjos musicais que mesclam influências do blues, do rock clássico, do jazz e, inclusive, das cítaras inspiradas pelo indiano Ravi Shankar, uma das principais referências dos Beatles na época.

Duas outras músicas que faziam parte do projeto inicial, "Penny Lane" e "Strawberry Fields Forever", não foram lançadas no álbum devido a pressões dos produtores, mas saíram em compacto no mesmo ano, praticamente se incorporando à lenda que cerca o disco.

Foi exatamente a diversidade musical e poética do álbum que o transformou em trilha sonora do chamado "Verão do Amor", em 1968. Os hippies, os herdeiros da geração "beatnik" (ler matéria no site) e uns tantos outros representantes da "contracultura" espalhavam suas sementes pelo mundo em meio aos coquetéis "molotov", que anunciavam o levante mundial da juventude e dos chamados setores oprimidos (como negros, mulheres e homossexuais), que estavam dando passos decisivos em suas lutas.

O fato de os Beatles terem sido um dos principais porta-

vozes desse momento, também não é casual. Londres, nessa época, era conhecida como a "Swingin' London", palco da criatividade provocativa que contaminava a moda (através das minissaia de Mary Quant), filmes anarquicamente subversivos, como "If...", de Lindsay Anderson (que conta a história de um radical grupo de rebeldes numa tradicional escola britânica), ou as ruas de uma cidade por onde a diversidade cultural e comportamental desfilava com desenvoltura e gingado.

Tudo que tenha a ver com os Beatles sempre foi cercado de polêmicas. Para muitos, o grupo não passou de uma das várias tentativas de "branqueamento" do rock, organizadas por estúdios sedentos por dinheiro ("vício", segundo os críticos, amplamente compartilhado pelos Beatles) e apavorados em ver a juventude branca de classe média agitando seus corpos embalados por sonoridades de origem indiscutivelmente negras. Para tantos outros, o grupo e suas produções são, até hoje, motivos de verdadeiro culto.

Polêmicas e exageros à parte, o fato é que não se pode negar a influência e a importância de "Sergeant Pepper's" – que já foi considerado o "disco de rock mais influente de todos os tempos", pela revista Rolling Stone, não só para a música mundial, mas também para os próprios Beatles, inclusive para sua separação definitiva, em 1970.

Foi a partir de 1967, que Lennon tomou um rumo mais experimental e político, Harrison se embrenhou pelas sonoridades orientais, Ringo Star e, principalmente, Paul McCartney desenvolveram suas bem sucedidas carreiras solo.



UM RETRATO DA "CULTURA POP"

Nenhuma outra capa de disco foi tão estudada e analisada como a de "Sgt. Pepper's", que mostra um inusitado grupo espalhado sobre uma obra de Peter Blake. No centro está a banda de Liverpool em seus psicodélicos uniformes "militares".

Ao redor e ao fundo, há uma colagem com um pouco de tudo. De Hitler a Marx, passando por personagens dos desenhos animados e ícones da cultura pop, do cinema, da literatura e da música, como "O Gordo e o Magro", Mae West, Marlon Brando, Bob Dylan, o ex-Beatle Stu Sutcliffe (que morreria anos antes), Marlene Dietrich, Freud, Edgar Allan Poe e Oscar Wilde.

Ao pé do quadro, prenunciando o destino do grupo, que seria selado poucos anos depois, flores formam as letras de Beatles, num cenário que nos remete a um túmulo.

CORRUPÇÃO GENERALIZADA COMPROVA FALÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES

AG. SENADO

NOVAMENTE Lula diz que não sabia de nada

DIEGO CRUZ, da redação

Mais uma onda de corrupção invade os noticiários, revelando a podridão na qual se afundam o governo Lula e o Congresso Nacional. A Operação Navalha, levada a cabo pela Polícia Federal, mostra a promíscua relação entre empreiteiras, empresários e parlamentares em licitações públicas fraudadas. O escândalo atinge o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusado de ter dívidas pessoais pagas pela empreiteira Mendes Junior, uma das maiores do país.



Vavá, o irmão de Lula

Como se isso não bastasse, o próprio irmão de Lula e seu compadre foram indiciados na Operação Xequê-Mate. Segundo as investigações da Polícia Federal, Genival Inácio da Silva, o Vavá, utilizava seu parentesco com o presidente para beneficiar donos de casas de bingos. Ele e o compadre de Lula, Dario Morelli, são acusados de atuarem junto ao empresário do jogo Nilton Cezar Servo, dono de máquinas caça-níqueis e apontado como o cabeça de um mega-esquema de exploração de jogo.

As sucessivas operações desencadeadas pela Polícia Federal poderiam, por outro lado, revelar uma mudança na Justiça, supostamente empenhada agora em investigar e punir os corruptos, sejam empresários ou políticos. No entanto, a rápida liberação dos figurões presos durante as operações mostra que as ações têm mais a ver com disputas internas na corporação do que com uma

mudança de seu caráter.

DE NOVO, LULA NÃO SABIA?

De acordo com as investigações, Vavá utilizava seu parentesco para aproximar os empresários dos jogos de funcionários públicos. Por seus pequenos cambalachos, Vavá cobrava pagamentos irrisórios em troca da promessa de negociatas milionárias, que não chegaram a se realizar. Seus contatos do Executivo e do Judiciário tentaram garantir liminares favoráveis a seus clientes.

A situação de Lula se complica com a prisão do petista Dario Morelli na operação. Morelli é amigo íntimo e compadre do presidente e fazia serviços pessoais para ele. Nas gravações da PF, Morelli diz que corrompe policiais, fala que *"uns [juízes] têm que morrer mesmo"*, e diz ainda que seu nome intimida qualquer investigação. *"Se rastreamos o meu [telefone] (...), o cara vendo meu nome já pensa duas vezes antes de fazer alguma coisa"*, disse.

Vavá e Morelli são amigos ainda do empresário e ex-deputado estadual do Paraná Nilton Cezar Servo apontado pelas investigações como o chefe da quadrilha do caça-níquel. Em gravação captada pela polícia entre Vavá e Servo, o empresário pergunta-lhe se havia falado com Lula. O irmão do presidente responde que sim. Em outra gravação, o irmão de Lula implora dinheiro ao líder da quadrilha: *"Ô, arruma dois pau pra eu"*.

UMA PIZZA PARA RENAN CALHEIROS

Já no Senado, enquanto a situação de Renan Calheiros (PMDB-AL) se complica cada vez mais, o Conselho de Ética prepara uma investigação de fachada para absolver o senador. Calheiros é acusado de ter dívidas pessoais pagas pela empreiteira Mendes Júnior, que tem negócios com o governo na região do senador. Segundo as denúncias,

um lobista da empreiteira repassava R\$ 12 mil mensais para custear a pensão alimentícia de uma filha que o senador teve numa relação extraconjugal.

O escândalo de corrupção que atingiu o líder do Senado envolve também dezenas de políticos e altos funcionários do Estado. Muitos foram presos, mas como é de costume no mundo dos ricos e poderosos, todos já foram liberados pela Justiça.

CIRCO ARMADO

A operação da PF, ao que parece, fugiu ao controle do governo e da oposição de direita, ameaçando seriamente inúmeros políticos dos partidos governistas e da oposição de direita. Por isso, tanto o governo quanto a oposição se unem em defesa de Calheiros. Afinal, em terra de enforcados, todos têm medo de corda.

O primeiro ingrediente para a pizza foi o discurso de Calheiros no Senado, quando ele negou todas as acusações. Mesmo não apresentando qualquer prova, ele foi cumpri-



Renan Calheiros é peça-chave na aliança com o PMDB

mentado pela grande maioria dos parlamentares, que afirmaram estarem esclarecidas todas as denúncias.

Os documentos apresentados por Calheiros, entretanto, não só não comprovam que os pagamentos realizados à pensão de sua filha foram de sua responsabilidade, como demonstram um enorme crescimento de sua renda, que aumentou nada menos que 73% nos últimos quatro anos, de R\$ 984 mil para R\$ 1,7 milhão. Pelo jeito, as estreitas relações com empreiteiras fizeram bem à conta bancária de Calheiros.

"Não quero condená-lo, quero absolvê-lo", chegou a afirmar sem o menor escrúpulo o próprio corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP). O PSOL, por sua vez,

pediu a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. Percebendo o desgaste que seria simplesmente livrar a cara de Calheiros sem qualquer tipo de investigação, o Senado resolveu armar um teatro no Conselho de Ética, abrindo processo justamente para absolvê-lo.

Como se isso não bastasse, o atual presidente do Conselho, o senador Sibá Machado (PT-AC), já havia declarado publicamente estar convencido da inocência de Calheiros. Está armado o teatro para a absolvição. Uma investigação profunda do senador seria uma tragédia para o governo e a oposição burguesa, pois todos temem que venha à tona todo o corrupto submundo envolvendo o Congresso Nacional e as empreiteiras.

Nenhuma confiança no Congresso

O Congresso já mostrou claramente que não investigará nada. O Poder Judiciário, por sua vez, coloca-se como anexo jurídico dos parlamentares corruptos. Este é o Congresso corrupto que pretende aprovar as reformas que retirarão ainda mais direitos dos traba-

lhadores, como a da Previdência.

Uma CPI, como propõe o PSOL, não será capaz de investigar e muito menos punir os culpados. Apenas uma investigação independente, comandada por setores da sociedade e pelas organizações dos trabalhadores, pode indi-

car os corruptos desse congresso de corruptos.

Por isso, o PSTU defende a abertura do sigilo bancário dos parlamentares, funcionários e empreiteiros envolvidos nos casos de corrupção, assim como a prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores.

JUSTIÇA MOSTRA SUA CARA

Embora 49 pessoas tenham sido presas pela Operação Navalha, a Justiça já colocou todas em liberdade. Enquanto isso, pesquisa realizada para um mestrado da UnB revela

que, nas cidades de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém e no Distrito Federal, pessoas são processadas por furtos de objetos de R\$ 1. Nessas regiões, seis pessoas foram processadas

criminalmente e ao menos quatro foram presas.

Enquanto isso, os responsáveis por fraudes milionárias são soltos para poderem roubar novamente.

UM NOVO MOVIMENTO ESTUDANTIL ESTÁ SURGINDO

DEPOIS DE MUITO TEMPO adormecido, ele finalmente despertou. O movimento estudantil entra novamente em cena e polariza a conjuntura nacional com ações radicalizadas e livres das amarras da UNE governista



Assembléia de estudantes da USP

THIAGO HASTENREITER,
da Secretaria Nacional de
Juventude do PSTU

Desde o início do ano, as mobilizações por assistência estudantil nas universidades federais e na Unicamp, além da retomada da luta pelo passe-livre no Rio de Janeiro, já apontavam a dinâmica da nova realidade que viria. Era inevitável que cedo ou tarde os estudantes brasileiros, mesmo que de forma inicial, percorressem o mesmo caminho dos seus colegas chilenos, mexicanos e franceses e partissem para a ofensiva.

Houve a poderosa campanha publicitária do Ministério da Educação em torno de suas políticas sociais de caráter populista, como o ProUni, e o alarde da expansão do ensino superior através do famigerado ensino à distância. Tanta propaganda não foi suficiente para acobertar o estado de penúria e sucateamento das instituições de ensino superior.

DIAS DE LUTA

No momento em que fechávamos esta edição, a ocupação na maior universidade pública do país já durava mais de 40 dias. A USP teve sua rotina acadêmica interrompida e substituída por uma cultura de resistência, em que a livre

produção de conhecimento se expressa nas assembléias, plenárias, apresentações de teatro e recitais de poesia. Na direção da mobilização se destacam ativistas independentes, militantes da Conlute, do PSTU e do PSOL.

A profundidade do processo conseguiu colocar o atual governador e ex-presidente da UNE, José Serra (PSDB), contra a parede. Ocorreu a partir de então uma onda de mobilizações por todo o país.

REFERÊNCIA NACIONAL

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), estudantes e trabalhadores rurais sem terra também ocuparam a reitoria e conquistaram a construção de uma escola técnica agrícola com cotas de 50% para os movimentos sociais do campo, ampliação do restaurante universitário, creche gratuita para os filhos dos estudantes, entre outras vitórias.

As universidades federais do Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará, Santa Maria e Mato Grosso também apostaram na radicalização para reivindicar suas demandas locais e prestar solidariedade ao movimento da USP.

A MANOBRAS DA UNE

Com o objetivo de tomar para si a visibilidade conqui-

tada pelo movimento independente, a UNE marcou para 6 de junho um dia nacional de ocupação de reitorias para exigir a criação de um “plano nacional de assistência estudantil”, defender a “autonomia universitária” e exigir o investimento de “10% do PIB em educação”.

O tiro saiu pela culatra. Apesar do esforço e investimento do Planalto para assegurar a representatividade da UNE perante os estudantes, o dia foi um fiasco. Mesmo utilizando bandeiras históricas, a UNE foi incapaz de mover sequer sua própria militância.

Não dá mais para esconder que a privatização dos restaurantes universitários e o estado de penúria das moradias estudantis são causados pelos sucessivos cortes do orçamento da educação, que já ultrapassam mais de R\$ 1 bilhão durante o governo Lula. Não dá para negar que a autonomia universitária é totalmente comprometida com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), defendido pela UNE. Por fim, nem mesmo o PCdoB pode acreditar que o investimento de 10% do PIB em educação é possível sem deixar de pagar a dívida externa. Ou seja, as bandeiras

históricas não podem mais ser empunhadas pelos governistas. Em suas mãos cabe somente sua aliança de casamento com o governo Lula.

O governismo desesperado da UNE é conhecido por todos e se choca com os estudantes em luta. Gustavo Petta, apelidado carinhosamente de “Pettinha” por Lula, foi literalmente expulso pelos estudantes da UFAL, ao tentar negociar nos bastidores com a reitoria a retirada dos ocupantes.

O questionamento da UNE ganhou proporções nunca antes vistas. Não foi à toa que o Encontro das Universidades Estaduais Paulistas, ocorrido no mesmo dia 6 de junho e que contou com a participação de mais de 700 estudantes de todo o estado, aprovou por esmagadora maioria que a “UNE não fala em nome dos estudantes em luta”.

Como se não bastasse, o site da UNE exibiu uma falsificação escandalosa, tipicamente stalinista, afirmando que o dia 6 teria sido um sucesso.

SEGUIR NA LUTA

Uma semana nacional de ocupação de reitorias em defesa da universidade pública, de 11 a 15 de junho, foi proposta pela Conlute e aprovada pelo Fórum das Executivas e Federações de Curso (FENEX)

e pela Frente de Luta Contra a Reforma Universitária. O objetivo é levar para o restante do país o exemplo da ocupação da USP e cercá-la de solidariedade.

Dando prosseguimento ao calendário, a assembléia da USP convocou uma plenária nacional para o dia 16 de junho. A data também foi aprovada pelo Encontro das Universidades Estaduais Paulistas e conta com a adesão de centenas de entidades e coletivos estudantis.

Apesar da proximidade das férias, o cenário para o segundo semestre é ainda mais promissor. Já são 43 universidades federais com os servidores técnico-administrativos parados, contra a restrição ao direito de greve, pela incorporação das gratificações, pela paridade entre ativos e aposentados e contra a transformação dos hospitais universitários em fundações estatais.

O recado foi dado pela ocupação da USP: quanto maiores forem os ataques dos governos estaduais e federal, maior será a resposta do movimento estudantil. Está decretada a guerra contra os inimigos da educação!

OPERÁRIOS DA PHILIPS RESISTEM AO FECHAMENTO DA FÁBRICA

Luiz Carlos Prates, o Mancha*, de São José dos Campos (SP)

A empresa LG.Philips anunciou na semana passada o fechamento em dois meses de suas unidades no Brasil, localizadas em São José dos Campos (SP), Capuava Suzano (SP), Recife (PE) e Manaus (AM).

A empresa é responsável por mais da metade da produção de cinescópios (tubos de TV) no país, tendo como concorrente apenas a Samsung. O fechamento segue o plano mundial de reestruturação da companhia, que já acabou com cerca de 30 fábricas no mundo e milhares de postos de trabalho.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A direção da empresa informou a decisão aos metalúrgicos e disse que eles teriam de trabalhar até agosto para receberem o pagamento das verbas rescisórias. A reação da categoria em São José foi imediata.

Houve paralisação da produção nos dias 1º (a fábrica trabalha sem interrupção) e 4, além de uma assembleia conjunta com os trabalhadores de todos os turnos, que confirmaram a decisão da greve e decidiram por uma passeata até a prefeitura.



Metalúrgicos da Philips fecham a Dutra durante protesto contra o fechamento da fábrica

Os manifestantes paralisaram a rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, por uma hora e meia. A passeata contou com 500 operários que, carregando bandeiras e faixas da Conlutas, denunciaram as demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos já havia denunciado há vários meses a possibilidade de fechamento da empresa à Câmara Municipal, à prefeitura e até ao governo federal. Mas não foi ouvido.

“A prefeitura e o governo federal só sabem dar incentivos fiscais às empresas e, quando elas anunciam o fechamento da fábrica, todos se calam”, disse o presidente do sindicato, Adílson dos Santos, o Índio.

PRODUÇÃO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

Foram cinco dias de paralisação total da produção, que só terminou após a empresa aceitar que uma comissão de trabalhadores, junto com um economista do sindicato, controle todo o movimento financeiro da fábrica, garantindo que não haverá pagamento aos credores e bancos.

Os trabalhadores querem estabelecer na prática o controle da produção enquanto lutam para evitar o fim da planta. Eles também vão negociar um pacote de indenização, caso não consigam reverter o fechamento da LG.Philips.

NACIONALIZAÇÃO

Os metalúrgicos não concordam com mais uma vez serem obrigados a pagar o preço da reestruturação de uma empresa, perdendo seus postos de trabalho. A LG.Philips quer acabar com toda a produção nacional para importar de suas próprias plantas na Malásia e na China.

O governo pagou adiantado, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), toda a exportação até o final do ano. Agora a empresa quer fechar cinco fábricas, sem qualquer pudor, deixando sem emprego mais de 2,5 mil trabalhadores no Brasil.

Por isso os metalúrgicos de São José defendem a nacionalização da empresa sob o controle dos trabalhadores, para garantir os empregos. Uma caravana vai a Brasília fazer essa exigência ao governo.

lização da empresa sob o controle dos trabalhadores, para garantir os empregos. Uma caravana vai a Brasília fazer essa exigência ao governo.

UNIDADE PARA LUTAR

O fechamento da LG.Philips não é um caso isolado. É parte da reestruturação das empresas globais, que estão acabando com fábricas em vários países e também no Brasil.

Enquanto os metalúrgicos de São José, cujo sindicato é filiado à Conlutas, resistem às demissões, nas outras unidades da empresa a situação é outra. Em Capuava, cujo sindicato é dirigido pela Força Sindical, e em Recife, onde a entidade é ligada à CUT, até agora não houve nenhuma mobilização.

É preciso unificar todas as plantas que estão ameaçadas em uma luta nacional. Os metalúrgicos de São José já fizeram o chamado e defendem um comando nacional eleito nas assembleias de base para encaminhar a luta contra o fechamento da fábrica e exigir do governo Lula a nacionalização da empresa.

* secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

“Trabalhadores da Europa também enfrentam redução de direitos”

POR EMMANUEL OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

De volta da Europa, os dirigentes sindicais Rogério Romancini e Luiz Carlos, o Biro-Biro, concederam uma entrevista ao Opinião, em que contam como foram a viagem e as atividades.

De que reuniões vocês participaram, em quais cidades?

Rogério – Participamos do V Conselho de Trabalhadores da Indústria Automobilística, em Stuttgart, Alemanha, com trabalhadores de 14 plantas da Volks, Porsche e Audi, e metalúrgicos de outras empresas de 17 países diferentes. Também nos reunimos com trabalhadores da Volks nas cidades alemãs de Braunschweig e Hannover. Realizamos uma apresentação sobre as condições de trabalho na Volks do Brasil e nossas lutas. Os trabalhadores e delegados da empresa assinaram listas pela readmissão e petições à central de Wolfsburg.

Há perspectiva de manter ações em comum com os trabalhadores europeus?

Biro-Biro – Sim. Os compa-

nheiros querem vir ao Brasil no ano que vem para o congresso da Conlutas. Manteremos contato para lutas em comum e troca de informações.

Qual é a situação dos trabalhadores das fábricas da Europa?

Rogério- Hoje há muita redução de direitos e aumento do ritmo de produção. Só em Hannover, no ano passado foram eliminados 1,5 mil postos de trabalho. Quase igual ao Brasil. São os planos de retirada de direitos dos governos e da patronal.

O que é o conselho e quais são as principais discussões?

Biro-Biro - As principais discussões foram sobre os

planos patronais de demissões e retirada de direitos e as formas de resistência unitária. O conselho é uma organização de trabalhadores de diversos países, todos do ramo automotivo, em Stuttgart. Este ano participaram 17 países.

Rogério –Estiveram no conselho 550 trabalhadoras e trabalhadores de diversas partes da Alemanha e 50 convidados internacionais.

Os europeus conhecem a Conlutas? Houve alguma repercussão das mobilizações do dia 23 por lá?

Biro-Biro – Eles não conheciam, mas ficaram admirados com o dia 23. Eles se solidarizam com os trabalhadores brasileiros contra os ataques do governo e da pa-

tronal. Vamos manter contato para desenvolver campanhas comuns e trabalhar pela vinda de uma grande delegação alemã ao próximo congresso da Conlutas.

Sobre as demissões no Brasil, o Rogério teve a readmissão ordenada pela Justiça. A Volks recorreu da sentença?

Rogério – A Volks entrou na Justiça com um embargo declaratório, uma medida para ganhar tempo, mas ainda não entrou com recurso para cassar a sentença. A Justiça não aceitou nenhum pedido solicitado pela Volks, enquanto nossos advogados entraram com uma petição exigindo o cumprimento da sentença.

A disputa pela direção do movimento de massas

Na nova conjuntura que se abre no país, está colocada em questão uma disputa fundamental pela direção do movimento de massas

DA REDAÇÃO

Existe uma nova conjuntura política nacional, que combina uma crise política (com mais um gigantesco escândalo de corrupção) e uma série de lutas em todo o país. Nestas lutas, existe uma novidade muito importante: o governo já não conta com o mesmo grau de controle do

movimento de massas, que tinha no primeiro mandato. Começam a surgir novas direções, com a Conlutas e outros setores independentes do governo à frente. Por outro lado, setores que antes apoiavam o governo como o MST, agora mesmo sem romper com Lula, aumentaram o tom das críticas e avançaram nas mobilizações.

No primeiro mandato, Lula conseguiu impor um plano neoliberal ainda mais duro que o de FHC (superávit primário maior, lucros históricos para banqueiros) e, apesar disso, ainda manteve um relativo controle político do país. Safou-se da grande crise política de 2005 e reelegeu-se com o apoio majoritário dos trabalhadores. Graças à ajuda da CUT e da

UNE, o governo conseguiu frear as mobilizações e dividir os trabalhadores.

No início deste ano, tudo parecia ir bem para o governo, com a integração do PMDB e a trégua dos tucanos Aécio Neves e José Serra. Entretanto, essa conjuntura já mudou com uma nova crise política e a retomada das lutas do movimento de massas.



Reunião nacional da Conlutas discute movimentos sociais e populares

ção de jogos e o governo.

O mar de lama mais uma vez expõe o envolvimento de políticos da base governista e da oposição, assim como membros do Executivo, do Legislativo e da Justiça de forma indiscriminada. O escândalo se aproxima perigosamente de Lula, envol-

vendo diretamente seu irmão. E, mais uma vez, Lula diz que “não sabia de nada”. Não sabia também nada sobre a atuação de seu filho na Telemar, seu braço direito Zé Dirceu, seu segurança particular Fred Godoy, seu churrasqueiro Jorge Lorenzetti...

A nova crise política: mais uma vez Lula não sabia de nada?

O novo escândalo de corrupção envolve desde figuras da República, como o presidente do Senado, Renan Calheiros (que teve dívidas pessoais pagas pela empreiteira Mendes Júnior), até os partidos da oposição de direita, como PSDB e DEM.

Rapidamente todos os partidos realizaram uma “operação blindagem” em torno de Calheiros. Temem que a continuidade das investigações possa trazer à tona toda a corrupção envolvendo as empreiteiras e o Congresso Nacional.

Na última semana, uma nova operação da Polícia Federal levou ao indiciamento do irmão de Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá. Uma escuta telefônica prova que Vavá utilizava o nome de Lula para intermediar negócios entre empresários ligados à explora-

O início da retomada das lutas

Mas os problemas de Lula não param por aí. Os primeiros sinais de que os trabalhadores estão dispostos a retomar as lutas foram dados no Encontro Nacional Contra as Reformas, realizado no dia 25 de março, que reuniu 6 mil pessoas em São Paulo, convocada pela Conlutas e outros setores tais como Intersindical, setores da Igreja. O MST participou como observador do Encontro.

O plano de lutas votado neste encontro se transformou numa referência para os movimentos, estudantil, popular e sindical.

O ponto alto desse plano, até o momento, foi o dia nacional de lutas de 23 de maio. Segundo o cálculo da Conlutas, a mobilização reuniu algo em torno de 1,5 milhão de pessoas que participaram de alguma forma de protesto. Segundo o MST, que construiu e participou ativamente essas mobilizações, cerca de 40 rodovias foram bloqueadas. Foi a maior mobilização dos últimos anos, unificando lutas por reivindicações específicas com a campanha mais geral contra

a reforma da Previdência.

A mobilização do dia 23 também significou uma derrota para a CUT. Esta central chapa branca tentou imprimir um caráter pró-governista ao dia 23, se restringindo à defesa do veto à emenda 3, mas saiu completamente derrotada.

As jornadas do dia 23 também ajudaram a fortalecer várias lutas que estão em curso no país, como é o caso da greve das universidades paulistas e a ocupação da reitoria da USP, e a campanha salarial do funcionalismo federal.

Aqui se pode ver a importância do enfraquecimento das direções governistas da CUT e UNE, pois começa a existir a construção de uma alternativa de direção para as lutas. E também deve ser destacado que o MST se descolou do bloco com a CUT e da UNE passando a integrar o pólo que impulsionou as mobilizações do dia 23.

Sem o encontro do dia 25, não teria havido o dia 23 de maio. O mais importante é que isso foi só o início de um processo, que segue com as mobilizações em curso.

Seguem as lutas e o combate por uma nova direção



Barricada em frente à ocupação na USP



Manifestação em Belo Horizonte (MG) no dia 23 de maio

A crise das direções governistas, depois de se manifestar na CUT no dia 23, golpeou a UNE na USP.

A ocupação da USP já dura cerca de quarenta dias, sem nenhuma participação da UNE e do DCE (cuja diretoria é formada pelo PT e PCdoB). Na direção da mobilização se destacam ativistas independentes, militantes da Conlute, do PSTU e do PSOL.

A UNE, desesperada por estar completamente por fora das mobilizações, convocou para o dia 6 de junho um “dia nacional de ocupações de reitorias”, que foi um completo fiasco. No mesmo dia na USP, um Encontro das Universidades Estaduais Paulistas com mais de 700 estudantes, votou que a “*UNE não fala em nome dos estudantes*”.

Agora uma plenária naci-

onal do movimento estudantil, marcado para o dia 16 de junho na USP, deve dar um novo passo na construção de uma alternativa de direção por fora da UNE.

Por outro lado, no funcionalismo público federal existe mais uma batalha contra a CUT. Os servidores da Cultura, do Ibama e do Incra estão em greve em todo o país. No dia 28 de maio, os servidores técnico-administrativos das universidades federais iniciaram uma greve nacional. Desde o primeiro dia, paralisaram as atividades 32 das 47 instituições federais de ensino superior.

Coordenação Nacional da Conlutas discute continuidade das mobilizações

Manter as mobilizações dos trabalhadores e da juventude para derrotar as reformas neoliberais e a política econômica do governo. Essa foi uma das principais discussões da reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, realizada nos dias 5 e 6 de junho, em São Paulo.

No primeiro dia, o debate foi sobre os movimentos populares, seu papel na luta dos trabalhadores e seu lugar dentro da Conlutas.

No segundo dia, os participantes discutiram a nova conjuntura política do país e realizaram o balanço da jornada de lutas do dia 23 de maio. A

maioria das intervenções destacou que se abriu um novo cenário, favorável à luta dos trabalhadores.

PLANO DE LUTAS

A reunião reafirmou um plano de lutas contra as reformas e destacou a importância de seguir com a luta unitária aprovada pelo Fórum Nacional de Mobilizações. Por isso, foi definido que a Conlutas vai apoiar e participar de todas as lutas e greves que estão em curso pelo país, destacando-se a greve das universidades paulistas e a ocupação da reitoria da USP, e a campanha salarial do fun-

cionalismo federal.

A reunião confirmou um calendário de lutas para o próximo período, destacando como próximo passo a realização de um ato em Brasília no dia 14 de junho, com o MST, e também envolvendo o funcionalismo federal e o movimento estudantil.

A reunião também reafirmou sua participação no plebiscito popular organizado pela Assembléia Popular sobre a privatização fraudulenta da Companhia Vale do Rio Doce, que será realizado na primeira semana de setembro. A Conlutas vai pro-

curar articular junto aos organizadores do plebiscito a inserção de duas perguntas sobre a política econômica do governo e a reforma da Previdência.

Também ficou definida a realização de um ato no Rio de Janeiro, em julho, na ocasião dos Jogos Pan-americanos. A Conlutas vai trabalhar em cada estado pela unificação das campanhas salariais do segundo semestre.

O ponto alto do calendário será a realização de uma grande marcha nacional contra as reformas neoliberais à Brasília, em outubro.

CONLUTAS DÁ PASSO ADIANTE NO ESFORÇO PELA UNIDADE DA ESQUERDA SOCIALISTA



JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, da coordenação nacional da Conlutas

A resposta dos trabalhadores ao chamado à luta no dia 23 de maio é indicativo claro de que se inicia uma nova conjuntura política no país, e uma retomada das lutas de massas. Este processo ainda está no seu início e seu desenvolvimento será influenciado por vários fatores da realidade política. Um destes fatores, muito importante, é a existência ou não de uma direção consequente para este processo.

A Conlutas firmou-se como o principal pólo de aglutinação das forças da esquerda socialista no país nos últimos anos, para enfrentar o governo Lula e a burguesia. Está sendo parte fundamental da construção de um proces-

so de unidade de ação amplo, contra a política econômica e as reformas neoliberais de Lula. A mobilização do dia 23, convocada pela Conlutas e outras entidades (como Intersindical, MST e setores da igreja) foi fruto deste esforço que deve prosseguir.

PARA FORTALECER AS LUTAS

É fundamental este chamado à unidade para a luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Em primeiro lugar, porque se a unidade se efetiva é a luta dos trabalhadores que se fortalece. Em segundo lugar, porque se a CUT ou outros setores governistas como o PCdoB, por exemplo, fogem da raia, como fizeram no dia 23, facilita seu desmascaramento perante a sua base e fortalece a construção de uma alternativa.

Mas isso não nos exime da tarefa fundamental de construirmos uma direção alternativa a estas organizações tradicionais, para avançar na luta dos trabalhadores. Podemos e devemos chamar a CUT à unidade de ação para defender os direitos dos trabalhadores, mas não há a mínima possibilidade de construirmos uma direção combativa e consequente para as nossas lu-

tas junto com a CUT.

Uma alternativa de direção só se construirá contra a CUT, combatendo a influência que esta organização traidora ainda tem sobre os trabalhadores brasileiros. Para isso é necessário somar as forças de todos aqueles que estão de acordo com estas lutas para construir a nova direção.

Infelizmente um setor ainda insiste em um projeto que tende a dividir nossas forças. Trata-se da Intersindical, que tem uma parte dos seus componentes ainda dentro da CUT. Estes companheiros se recusaram até agora a somar forças na construção de uma alternativa única a partir do pólo que se construiu em torno à Conlutas. Esta deveria ser a via natural da construção da unidade, pois a Conlutas reúne um número maior de entidades sindicais, e agrega também um número muito significativo de movimentos populares e da juventude.

Não bastasse isso, a Conlutas ainda tem um funcionamento aberto, que permite a integração a qualquer tempo de uma organização dos trabalhadores, inclusive com pleno direito a partici-

par da sua direção. No entanto, apesar dos inúmeros chamados, não conseguimos avançar com os companheiros até agora.

A última reunião da Coordenação Nacional da Conlutas resolveu dar mais um passo no sentido da luta pela unidade. Juntamente com a abertura do processo de preparação do próximo congresso nacional da entidade, que ocorrerá entre 22 e 25 de maio de 2008, foi lançado mais um chamado aos setores da esquerda socialista em geral, e aos companheiros da Intersindical em particular, para a construção dessa alternativa única. Junto com isso, a coordenação aprovou também um gesto muito importante: abriu a possibilidade – caso seja a condição colocada para que se construa a unidade de toda a esquerda socialista - de levar ao congresso da entidade a proposta de construirmos uma nova organização de trabalhadores, fruto da fusão da Conlutas com os demais setores.

Obviamente nossa opinião é que a organização que surgir desta fusão deverá man-

ter as bases políticas e características que estamos construindo na Conlutas. Não se trata de uma unidade a qualquer custo, mas sim da unidade para fortalecer a construção de uma alternativa de luta, democrática, socialista e de todos os trabalhadores na sua guerra contra o capital, com uma postura clara de oposição ao governo. Mas é um gesto muito importante para destravar o diálogo com os companheiros da Intersindical.

Pautar esta discussão no nosso congresso não significa diminuir o esforço pelo plano de lutas e pelas mobilizações que estão em curso. Tampouco vamos diminuir o empenho na construção da Conlutas, pois a entidade continua sendo o ponto de apoio fundamental para os trabalhadores, para suas lutas e para a construção de uma direção alternativa. Apenas esperamos que, no futuro próximo, estejamos todos juntos, remando para o mesmo lado em busca dos objetivos da nossa classe.

OPERÁRIOS DA PHILIPS RESISTEM AO FECHAMENTO DA FÁBRICA

Luiz Carlos Prates, o Mancha*, de São José dos Campos (SP)

A empresa LG.Philips anunciou na semana passada o fechamento em dois meses de suas unidades no Brasil, localizadas em São José dos Campos (SP), Capuava Suzano (SP), Recife (PE) e Manaus (AM).

A empresa é responsável por mais da metade da produção de cinescópios (tubos de TV) no país, tendo como concorrente apenas a Samsung. O fechamento segue o plano mundial de reestruturação da companhia, que já acabou com cerca de 30 fábricas no mundo e milhares de postos de trabalho.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A direção da empresa informou a decisão aos metalúrgicos e disse que eles teriam de trabalhar até agosto para receberem o pagamento das verbas rescisórias. A reação da categoria em São José foi imediata.

Houve paralisação da produção nos dias 1º (a fábrica trabalha sem interrupção) e 4, além de uma assembléia conjunta com os trabalhadores de todos os turnos, que confirmaram a decisão da greve e decidiram por uma passeata até a prefeitura.



Metalúrgicos da Philips fecham a Dutra durante protesto contra o fechamento da fábrica

Os manifestantes paralisaram a rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, por uma hora e meia. A passeata contou com 500 operários que, carregando bandeiras e faixas da Conlutas, denunciaram as demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos já havia denunciado há vários meses a possibilidade de fechamento da empresa à Câmara Municipal, à prefeitura e até ao governo federal. Mas não foi ouvido.

“A prefeitura e o governo federal só sabem dar incentivos fiscais às empresas e, quando elas anunciam o fechamento da fábrica, todos se calam”, disse o presidente do sindicato, Adílson dos Santos, o Índio.

PRODUÇÃO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

Foram cinco dias de paralisação total da produção, que só terminou após a empresa aceitar que uma comissão de trabalhadores, junto com um economista do sindicato, controle todo o movimento financeiro da fábrica, garantindo que não haverá pagamento aos credores e bancos.

Os trabalhadores querem estabelecer na prática o controle da produção enquanto lutam para evitar o fim da planta. Eles também vão negociar um pacote de indenização, caso não consigam reverter o fechamento da LG.Philips.

NACIONALIZAÇÃO

Os metalúrgicos não concordam com mais uma vez serem obrigados a pagar o preço da reestruturação de uma empresa, perdendo seus postos de trabalho. A LG.Philips quer acabar com toda a produção nacional para importar de suas próprias plantas na Malásia e na China.

O governo pagou adiantado, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), toda a exportação até o final do ano. Agora a empresa quer fechar cinco fábricas, sem qualquer pudor, deixando sem emprego mais de 2,5 mil trabalhadores no Brasil.

Por isso os metalúrgicos de São José defendem a nacionalização da empresa sob o controle dos trabalhadores, para garantir os empregos. Uma caravana vai a Brasília fazer essa exigência ao governo.

lização da empresa sob o controle dos trabalhadores, para garantir os empregos. Uma caravana vai a Brasília fazer essa exigência ao governo.

UNIDADE PARA LUTAR

O fechamento da LG.Philips não é um caso isolado. É parte da reestruturação das empresas globais, que estão acabando com fábricas em vários países e também no Brasil.

Enquanto os metalúrgicos de São José, cujo sindicato é filiado à Conlutas, resistem às demissões, nas outras unidades da empresa a situação é outra. Em Capuava, cujo sindicato é dirigido pela Força Sindical, e em Recife, onde a entidade é ligada à CUT, até agora não houve nenhuma mobilização.

É preciso unificar todas as plantas que estão ameaçadas em uma luta nacional. Os metalúrgicos de São José já fizeram o chamado e defendem um comando nacional eleito nas assembléias de base para encaminhar a luta contra o fechamento da fábrica e exigir do governo Lula a nacionalização da empresa.

* secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

“Trabalhadores da Europa também enfrentam redução de direitos”

POR EMMANUEL OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

De volta da Europa, os dirigentes sindicais Rogério Romancini e Luiz Carlos, o Biro-Biro, concederam uma entrevista ao Opinião, em que contam como foram a viagem e as atividades.

De que reuniões vocês participaram, em quais cidades?

Rogério – Participamos do V Conselho de Trabalhadores da Indústria Automobilística, em Stuttgart, Alemanha, com trabalhadores de 14 plantas da Volks, Porsche e Audi, e metalúrgicos de outras empresas de 17 países diferentes. Também nos reunimos com trabalhadores da Volks nas cidades alemãs de Braunschweig e Hannover. Realizamos uma apresentação sobre as condições de trabalho na Volks do Brasil e nossas lutas. Os trabalhadores e delegados da empresa assinaram listas pela readmissão e petições à central de Wolfsburg.

Há perspectiva de manter ações em comum com os trabalhadores europeus?

Biro-Biro – Sim. Os compa-

nheiros querem vir ao Brasil no ano que vem para o congresso da Conlutas. Manteremos contato para lutas em comum e troca de informações.

Qual é a situação dos trabalhadores das fábricas da Europa?

Rogério- Hoje há muita redução de direitos e aumento do ritmo de produção. Só em Hannover, no ano passado foram eliminados 1,5 mil postos de trabalho. Quase igual ao Brasil. São os planos de retirada de direitos dos governos e da patronal.

O que é o conselho e quais são as principais discussões?

Biro-Biro - As principais discussões foram sobre os

planos patronais de demissões e retirada de direitos e as formas de resistência unitária. O conselho é uma organização de trabalhadores de diversos países, todos do ramo automotivo, em Stuttgart. Este ano participaram 17 países.

Rogério –Estiveram no conselho 550 trabalhadoras e trabalhadores de diversas partes da Alemanha e 50 convidados internacionais.

Os europeus conhecem a Conlutas? Houve alguma repercussão das mobilizações do dia 23 por lá?

Biro-Biro – Eles não conheciam, mas ficaram admirados com o dia 23. Eles se solidarizam com os trabalhadores brasileiros contra os ataques do governo e da pa-

tronal. Vamos manter contato para desenvolver campanhas comuns e trabalhar pela vinda de uma grande delegação alemã ao próximo congresso da Conlutas.

Sobre as demissões no Brasil, o Rogério teve a readmissão ordenada pela Justiça. A Volks recorreu da sentença?

Rogério – A Volks entrou na Justiça com um embargo declaratório, uma medida para ganhar tempo, mas ainda não entrou com recurso para cassar a sentença. A Justiça não aceitou nenhum pedido solicitado pela Volks, enquanto nossos advogados entraram com uma petição exigindo o cumprimento da sentença.

GREVE DOS METALÚRGICOS DA CSN ARRANCA CONQUISTAS

TRABALHADORES das empreiteiras continuam paralisados

Elton Corrêa, de Volta Redonda (RJ)

Após o início da greve no dia 1º, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda (RJ) decidiram aceitar a proposta da empresa e encerraram o movimento no dia 6.

Com a greve, os trabalhadores da CSN conseguiram um reajuste de 5% (incluindo o INPC); R\$ 2 mil de abono; café da manhã gratuito; aumento do tempo de almoço de meia hora para uma hora; contratação de 400 trabalhadores para a área de alimentação. Houve acordo para que não haja perseguição dos ativistas. Os dias parados ainda serão negociados. Há 14 anos a categoria não conseguia arrancar da patronal aumento real, INPC e ganhos sociais.

A greve de 1988 na CSN teve impacto nacional. A paralisação radicalizada arrancou do governo José Sarney todas as reivindicações. Em 1990, surgiu um novo movimento de greve que durou 31 dias, mas não obteve nenhum êxito.

A privatização da CSN em 1993 foi um desastre para os trabalhadores e contou com o apoio direto da Força Sindical,



Operários da CSN realizam assembléia durante greve da categoria, em Volta Redonda (RJ)

que dirigiu o sindicato na década de 90 até 2006, quando foi varrida da entidade. O processo desempregou 25 mil trabalhadores, aumentou a jornada e terceirizou diversos setores. Os salários foram reduzidos em mais de 50%.

TERCEIRIZADOS CONTINUAM PARADOS

Mas os ganhos obtidos pelos metalúrgicos na recente greve não chegaram ao restante das contratadas, o que levou à continuidade do movimento. Os trabalhadores das empreiteiras foram desde o início a vanguarda da greve, paralisando suas atividades dois

dias antes dos metalúrgicos da CSN. A unidade dos trabalhadores da CSN e a posição firme do sindicato, de apoio às reivindicações dos terceirizados, são fundamentais para concluir uma greve vitoriosa.

VITÓRIA PODERIA SER MAIOR

Os metalúrgicos da CSN e das empreiteiras demonstraram desde o início do movimento disposição para construir a greve de imediato. As assembléias reuniam de 7 a 9 mil operários com esse sentimento. Mas o PCdoB, que tem a maioria da direção do sindicato, tinha outra tática: negociar a qualquer

custo uma proposta aceitável.

Infelizmente essa política acabou prevalecendo. A prorrogação do início da greve deu prazo para a empresa atacar o movimento, utilizando inclusive um forte aparato militar para conter a paralisação.

Outro grave equívoco do movimento foi ter concedido prazo maior para a CSN negociar e dividir a categoria que, pela primeira vez, fazia uma campanha unificada.

Diante desses erros, a unidade em torno da greve – que juntou MST, PSOL, PSTU, movimento dos sem-teto e Conlutas – foi parte fundamental da luta para

garantir a vitória dos trabalhadores.

CONLUTAS E PSTU

A Conlutas deslocou sindicalistas de outros estados para dar solidariedade à greve. Desde o início do movimento, suas bandeiras estiveram à frente das principais entradas da usina.

O PSTU também esteve presente e distribuiu panfletos para milhares de trabalhadores apoiando a greve e alertando que a vitória na CSN teria efeitos na realidade nacional, ao questionar o arrocho dos patrões e o plano econômico de Lula.

SERVIDORES FEDERAIS

UNIFICAR E FORTALECER A GREVE

Paulo Barela, da Direção Nacional do PSTU

Os trabalhadores das universidades, do Ibama, do Incra, do Ministério da Cultura e do Banco Central seguem com greves e mobilizações em todo o país. Depois da Polícia Federal, que arrancou 30% de reposição salarial, os demais servidores federais lutam por suas reivindicações. Já em sua terceira semana, e sem nenhuma contraproposta por parte do governo, a luta dos servidores tende a aumentar, ampliando os setores em greve.

O governo Lula recusa-se a atender às reivindicações dos servidores. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, tenta jogar a população contra os grevistas. Bernardo ironiza o movi-

mento e diz que não vai dar um centavo, pois, segundo ele, o governo já concedeu vários reajustes no primeiro mandato e não reconhece as perdas históricas do funcionalismo.

GOVERNISTAS

Por outro lado, para proteger o governo, a CUT e as direções majoritárias da Fasubra e da Condsef aceitam participar de um grupo de trabalho no Ministério, sem nenhuma garantia de que o governo atenda a pauta de reivindicações dos trabalhadores. Essas direções fazem conchavo com o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, e aceitam negociar a regulamentação do direito de greve com a promessa de que o governo abrirá negociação sobre as pen-

dências dos acordos que ele mesmo descumpriu.

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Cnesf) aprovou na plenária nacional do dia 3 a não participação no grupo de trabalho do Ministério do Planejamento. As entidades exigem a retirada do projeto de lei 01/07 – que congelará os salários por dez anos – e também a garantia de atendimento das reivindicações da categoria, além de não concordarem com a regulamentação do direito de greve. Somente depois de satisfeitas essas condições, as entidades deverão sentar à mesa para fechar uma negociação.

APOIO À GREVE

A Conlutas, que faz parte da Cnesf, apóia a luta dos servidores em greve e está empen-

hada na construção do calendário de lutas unificado aprovado na última plenária. Entre os dias 12 e 15, os servidores federais realizam uma jornada de lutas que, dentre outras atividades, prevê um grande ato unificado com os trabalhadores rurais sem terra no dia 14, em Brasília. O ato será realizado com o MST. A Conlute também estará presente. No dia 16, as entidades da Cnesf da área de educação participarão do encontro dos estudantes em São Paulo.

Enquanto isso, a CUT e os governistas boicotam o calendário, desviando a atenção dos trabalhadores para a participação em mesas de negociação que resultam em nada. É preciso exigir da CUT e dessas direções que rompam com o governo e cumpram as deliberações da

plenária dos federais. A Conlutas estará à frente dessas iniciativas, lutando para que a greve dos servidores derrote o governo e arranque as conquistas para a categoria.

CALENDÁRIO DE LUTA

Junho

- 12 – Atividades dos setores ligados à Condsef
- 14 – Ato público unificado dos federais e MST
- 15 – Reunião ampliada da Cnesf para decidir sobre os próximos passos da greve
- 16 – Encontro nacional dos estudantes com participação de entidades da Cnesf

Julho

- º1 – Plenária Nacional do Funcionalismo Federal



Correio Internacional



PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI) – WWW.LITCI.ORG

AS TAREFAS DOS REVOLUCIONÁRIOS NA VENEZUELA

A formação do PSUV (Partido Socialista Único da Venezuela), impulsionada pelo governo de Hugo Chávez, é um dos temas centrais da realidade política do país e também do debate político latino-americano. Por um lado, em uma campanha realizada a partir do aparato governamental, dois milhões de venezuelanos já se filiaram a esse partido (Chávez disse que sua meta é chegar a quatro milhões). Por outro, um intenso debate foi aberto no interior das forças chavistas sobre se devem ingressar ou não no PSUV.

Como parte desse processo, o Partido da Revolução e do Socialismo (PRS), fundado há alguns anos por dirigentes sindicais de origem trotskista (mas que também se reivindicavam chavistas), se dividiu. Um setor, encabeçado por Stalin Pérez Borges, decidiu ingressar no PSUV; o outro, liderado por Orlando Chirino, optou por manter uma organização política autônoma. A divisão também deve se expressar na CCURA (Corrente Classista Unitária Revolucionária Autônoma), organização sindical ligada a esse partido, com peso na UNT (União Nacional de Trabalhadores)*.

É evidente que a decisão de ingressar no PSUV envolve não apenas concepções teóricas, mas principalmente questões muito concretas: a caracterização do governo Chávez e o balanço de seus oito anos de governo.

POR QUE ADERIR AO PSUV?

Na declaração em que anunciou sua decisão de aderir ao PSUV, Stalin Pérez Borges e cerca de 20 dirigentes do PRS afirmam após realizar algumas críticas:

Há centenas de milhares que, mesmo vendo esses problemas e lutas internas, dão o passo à frente... vão a suas reuniões e eventos, levam suas propostas... Querem de

verdade construir esse partido como ferramenta para aprofundar o caminho ao socialismo. É a base do povo, dos trabalhadores, dos setores populares e da juventude; querem ver esse partido nascer e não permitirão que ninguém os detenha... Queremos agora estar junto desses milhares e milhares de compatriotas no PSUV, queremos lutar juntos para defender um projeto de partido socialista, revolucionário e profundamente democrático, onde se acabe com a dedocracia, os privilégios e os representantes da nova “boliburguesia”, que são os grandes perigos da nossa revolução. Vamos ao novo partido para ser parte da imensa força antiimperialista que estará nele e ser a vanguarda, para que todos tenhamos uma militância consequentemente anticapitalista... em que possamos confluir com todos aqueles que querem esse partido para aprofundar a revolução rumo a um socialismo sem burocratas, sem corruptos, sem latifundiários e sem patrões.

Para esses dirigentes, deve-se aderir ao PSUV para dar a batalha, junto com milhares de lutadores operários e populares que estão ingressando nele, para que esse partido seja uma “ferramenta para aprofundar o caminho ao socialismo”, contra “a dedocracia, os privilégios e os representantes da nova ‘boliburguesia’” que são “os grandes perigos da nossa revolução”. O “processo revolucionário venezuelano” estaria então diante de uma encruzilhada: um setor (Chávez, milhares de lutadores e os assinantes da declaração) quer fazer a revolução avançar; outro (os privilegiados e a boliburguesia) quer frear a revolução. O próprio PSUV será o cenário dessa batalha e, portanto, não ingressar nele seria renunciar a ela. É importante assinalar que várias organizações trotskistas concordam com esse enfoque, inclusive algumas de origem morenista, como o MST argentino ou o MES brasileiro (corrente interna do PSOL).

UM MÉTODO “DE COSTAS” PARA A REALIDADE

A posição desses dirigentes representa uma nova mostra da teoria do “governo em disputa”, criada por diversas organizações de esquerda para apoiar o governo de Lula no Brasil ou o de Kirchner na Argentina: é necessário aderir a eles para apoiar os setores “progressivos” contra os “reacionários”. Neste caso, a proposta também é extensiva ao partido do governo.

Para nós, essa teoria está totalmente equivocada porque parte de um erro essencial: não definir o caráter de classe do governo supostamente “em disputa”. Fazer isso é muito simples: que classe social domina o Estado venezuelano com Hugo Chávez? Por que depois de oito anos no poder não houve avanço em uma luta consequente contra o capitalismo e o imperialismo, apesar de sua retórica “socialista”? Para nós, o governo de Chávez tem um problema “genético” que o impede de fazê-lo: é um governo burguês que defende o Estado capitalista e os interesses da burguesia.

Na edição do Correio Internacional de fevereiro desenvolvemos extensamente esse assunto, que também é analisado na declaração adjunta da UST. Basta observar a política chavista em temas centrais como o pagamento pontual da dívida externa (US\$ 6 bilhões em 2006), o controle de 40% da produção petrolífera por parte das grandes companhias estrangeiras, seu domínio completo em áreas decisivas como a indústria automotriz, o estancamento dos salários e do nível de vida dos trabalhadores, o ingresso da Venezuela no Mercosul, etc. Outro tema central é o fortalecimento permanente das forças armadas burguesas como base do governo. Inclusive aquelas medidas mais progressivas, como as nacionalizações de algumas empresas, utilizadas como desculpa por muitas correntes para seu apoio ao governo Chávez, são isoladas e muito limitadas, feitas através de com-



pras a preços muito “camaradas”, definidos no mercado de ações (algo totalmente normal no sistema capitalista).

Por mais que observemos o governo por todos os ângulos possíveis, não vemos nada parecido a um “avanço ao socialismo” (nem mesmo a possibilidade de caminhar em direção a ele). Estamos diante de um governo burguês que quer preservar um país capitalista. Mais ainda: que não modificou o fato de a Venezuela ser uma semicolônia das potências imperialistas, especialmente dos EUA. É neste marco que devemos analisar os verdadeiros objetivos da construção do PSUV.

Sob esse ponto vista, os empresários fazem excelentes negócios e, por isso, muitos aderem ao chavismo. Como os milionários Marcos Zarijian (proprietário do Hotel Eurobuilding e considerado o principal magnata da indústria têxtil venezuelana), Alberto Vollmer (proprietário do Rum Santa Teresa, um dos principais segmentos industriais do país), Víctor Vargas Irausquín e Víctor Gil Ramírez (proprietários dos bancos Occidental de Descontos e Fundo Comum), que acabam de se incorporar à organização “Empresários Socialistas da Venezuela”, presidida pelo ex-dirigente da Ação Democrática José Agustín Campos. Eles e os representantes da “boliburguesia”, como Diosdado Cabello (governador de Miranda e chefe do Comando Nacional do MVR, que em poucos anos se transformou em dono de várias empresas), serão os verdadeiros donos do PSUV.

*Em janeiro passado, a CCURA realizou uma plenária em que votou sua adesão ao PSUV, embora com algumas condições.

BONAPARTISMO SUI GENERIS TARDIO



Para nós o governo Chávez pode ser comparado ao que Trotsky definiu como “bonapartismo sui generis”. Isto é, governos das burguesias de países atrasados, que buscam se apoiar no movimento de massas para tentar compensar sua debilidade frente ao imperialismo e assim poder pressioná-lo e obter uma margem um pouco maior de “independência”. Exemplos desse tipo foram o PRI mexicano, o peronismo argentino, o MNR boliviano e as correntes nacionalistas árabes, como o nasserismo.

O próprio Trotsky assinalava que, mesmo no apogeu desses governos, por seu caráter burguês, eles eram incapazes de levar uma luta antiimperialista a fundo e que cedo ou tarde terminariam capitulando. Um prognóstico que a história do século 20 confirmou plenamente.

No caso do chavismo, as condições econômicas e políticas atuais do mundo fazem com que essas limitações sejam ainda maiores, com muito menos espaço para “brincadeiras nacionalistas independentes” por parte das burguesias nacionais. Também são muito menores as margens para concessões econômicas às massas. Isso explica por que seu combate antiimperialista é muito mais retórico do que prático e por que o nível de vida dos trabalhadores e do povo não melhora.

OUTRO TEMA CHAVE: A AUTONOMIA SINDICAL

A outra ferramenta chave para controlar as massas é a transformação da estrutura sindical em um aparato estatal totalmente dominado pelo governo, através de seus agentes, sem nenhuma margem (ou com margens muito pequenas) de democracia operária. Por isso, Chávez atacou a “autonomia sindical” em seu discurso no teatro Teresa Carreño: “Os sindicatos não devem ser autônomos, é preciso acabar com isso”.

O projeto do chavismo é a redução da UNT a uma “extensão sindical” do governo e de seu partido, uma ferramenta de apoio à sua po-

lítica, liquidando toda possibilidade de se transformar em uma verdadeira central dos trabalhadores. Parte desse projeto é que em seu interior não exista nenhuma corrente com alguma autonomia e traços independentes, como agora ocorre com a CCURA. Todas as discussões seriam resolvidas “disciplinadamente” dentro do PSUV.

Até agora quem está sendo convidado aos atos e reuniões do PSUV como “representante” da UNT é Rubén Linares, da Federação do Transporte, um dos assinantes da declaração a que nos referimos. Em-

bora ele tenha sido escolhido em função de seu sindicato como um dos “coordenadores” da UNT, nenhum organismo da central o elegeu para exercer essa representação. Outros coordenadores com peso e prestígio, como Orlando Chirino e até Marcela Máspero (uma disciplinada militante chavista que, entretanto, cometeu o “erro” de fazer algumas objeções), não foram convidados. Será uma antecipação do que o governo pretende fazer? Designar “a dedo” a partir do PSUV a futura direção da UNT? Este é o método que Stalin Pérez e o próprio Rubén Linares defendem?

PSUV: UMA FERRAMENTA BURGUESA PARA CONTROLAR AS MASSAS

No entanto, há um aspecto desse tipo de governo que mantém plena atualidade: em sua intenção de se apoiar na mobilização das massas, estão “brincando com fogo”, porque existe o sério perigo de que essa mobilização transborde em direção a um processo revolucionário independente que rompa os marcos do Estado burguês. Por isso, o governo tem a necessidade de exercer um férreo controle sobre as mobilizações e construir “diques de contenção” para evitar esse processo.

Um estudo histórico nos mostra que esses governos empregam duas ferramentas principais. A primeira é a construção de um par-

tido totalmente disciplinado ao redor de um “líder” com poderes ilimitados e seus “delegados” designados “a dedo”. Basta ver o que foram o peronismo, o PRI ou o nasserismo para entender o critério com o qual o PSUV está sendo construído (ver artigo).

Não existe nenhuma possibilidade de que esse partido seja a ferramenta para expressar democrática e organizadamente as aspirações de transformação social das massas venezuelanas, porque ele está sendo construído desde o Estado para obter exatamente o contrário: controlar e engessar as massas. Chamar as massas a aderir ao

PSUV, longe de impulsionar a mobilização autônoma, só contribui para acorrentá-las ao “curral bonapartista” que está sendo construído pela burguesia para evitar precisamente esse movimento.

Digamos finalmente que o caráter bonapartista desses governos os força a restringir a democracia em geral. Exemplo disso foi a votação parlamentar outorgando “plenos poderes” a Chávez para governar. Não havia nenhuma razão para justificar essa medida, já que o governo tem uma maioria absoluta no Parlamento e pode aprovar as leis que quiser. Foi simplesmente uma mostra de disciplina ao “líder”.

O QUE FAZER AGORA?

Esse debate teórico e político tem um objetivo muito concreto: definir quais tarefas os lutadores operários revolucionários da Venezuela devem impulsionar agora. Nesse sentido, queremos resumir brevemente nossas propostas:

Defendemos o direito de todas as organizações operárias e populares de permanecer fora do PSUV sem serem “castigadas” pelo governo ou obrigadas a aderir compulsoriamente a este partido;

Estamos certos de que em várias dessas tarefas lutaremos junto com vários dirigentes que se negaram a entrar no PSUV. Mas devemos ter claro que serão lutas contra o próprio governo e a política que ele aplica em cada um

É especialmente importante a defesa da “autonomia sindical”. Os sindicatos devem ser dos trabalhadores, não do governo e do PSUV. Estamos a favor da construção de uma UNT autônoma, que seja uma verdadeira ferramenta de luta da classe operária. Nesse sentido, acreditamos ser necessário realizar uma nova plenária da CCURA que reverta a resolução de janeiro de ingressar no PSUV;

O PSUV será o partido burguês de um governo burguês. Por isso, os trabalhadores venezuelanos devem construir seu próprio partido, uma organização que seja a verdadeira ferramenta de independência política frente às organizações da burguesia e, em especial, frente ao governo chavista e ao PSUV;

Para impulsionar a fundo essas tarefas, é necessário construir na Venezuela um partido socialista revolucionário que esteja disposto a levar essa luta até as últimas conseqüências. Nesse sentido, o primeiro passo é a elaboração de um programa de oposição e de luta contra o governo Chávez e seu falso socialismo, que favorece o imperialismo e os burgueses venezuelanos e ataca a classe operária.

desses campos.

Somos conscientes de que Chávez é hoje apoiado majoritariamente pelas massas venezuelanas, que o vêem como “seu governo”. Nesse sentido, consideramos que tem plena atualidade a orientação

de Lenin, em abril de 1917, frente a um governo burguês que também contava com grande apoio de massas. Tomando suas palavras, podemos dizer que a principal tarefa, “enquanto estivermos em minoria”, é “expli-

car pacientemente às massas a completa falsidade de todas as promessas” de Chávez (sobre a marcha rumo ao socialismo) para que compreendam “a necessidade de que todo o poder passe às mãos” da classe operária.

DECLARAÇÃO DA UST

SOMOS TRABALHADORES E NÃO ENTRAREMOS NO PSUV

Reproduzimos a seguir trechos da declaração emitida no último dia 8 de abril pela Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST) da Venezuela. A UST nasceu em uma plenária realizada em agosto passado e está preparando seu congresso de fundação. Reagrupa militantes e quadros de distintas experiências trotskistas e de esquerda, entre eles os militantes da LIT-QI no país.



Nós, que nos constituímos como **Unidade Socialista dos Trabalhadores**, somos todos revolucionários, trabalhadores e decidimos não aderir ao PSUV. Por quê?

Devemos analisar o MVR e os demais partidos que apóiam o governo...

O PSUV formalmente ainda não foi criado e existem muitas questões

que só podem ser respondidas analisando as características do MVR (Movimento Quinta República, partido de Chávez), PODEMOS, PPT, PCV (...) São partidos que apóiam e aplicam uma política econômica que favorece os ricos (...) em benefício da burguesia e contra os interesses dos trabalhadores e do povo.

AS TRANSNACIONAIS AUTOMOTIVAS. Através do Programa Venezuela Móvel, essas empresas foram isentas do pagamento do IVA em toda a cadeia produtiva (...)

OS DONOS DOS BANCOS, NACIONAIS OU ESTRANGEIROS, não têm nada a reclamar: a negociação com os bônus argentinos, os bônus do sul e os bônus da PDVSA lhes permitiu e lhes permite lucros fabulosos (...)

OS BANQUEIROS INTERNACIONAIS (...) estão muito satisfeitos, pois a Venezuela faz pagamentos antecipados da dívida externa (...)

O SETOR AGROPECUÁRIO obteve a exoneração do IVA na produção, transporte, distribuição e comercialização, assim como os produtores de carne e de outros ramos da indústria de alimentos (...) Um grande presente a esse setor da burguesia, mais do que o dobro do que se destina do orçamento para projetos de moradias e desenvolvimento urbano.

Agora analisemos as nacionalizações: consideramos muito importante que os setores de telefonia, eletricidade e petróleo voltem ao controle nacional, mas lamentavelmente tudo foi “um grande negócio” para as empresas imperialistas. Por que ninguém viu

o empresariado gringo (...) falar mal das nacionalizações? Em verdade, o que se viu foram os estrangeiros saindo do país felizes, como no caso do executivo da empresa elétrica de Caracas: *“Este foi um dos melhores negócios dos últimos anos”*.

PSUV nasce com o signo do “caciquismo”

No ato do teatro Teresa Carreño, foi possível perceber como funcionará o futuro PSUV. *Só entraram os amigos-amigos*. Os mesmos políticos que as massas começam a repudiar, por seu rápido e inexplicável enriquecimento, estavam presentes sem terem sido eleitos por ninguém (...)

Setores da UNT que são críticos do política econômica e salarial do

governo não puderam entrar (...) Os companheiros da Força Socialista de Profissionais, Técnicos e Intelectuais, tampouco. Se não puderam entrar na festa, também não poderão entrar no debate do programa, da composição da direção ou das deliberações importantes. O PSUV será um partido a mais, para que participemos com nosso voto, mas não com nossas idéias.

MVR e companhia fazem pequenas concessões aos trabalhadores

Depois de oito anos de governo, devemos fazer um balanço em relação às conquistas obtidas pelos trabalhadores. Muitos com-

panheiros honestos nos dizem: “Observem as ‘Missões’, as becas”. Expliquemos o que estamos dizendo:

X O desemprego continua igual. Baixam as estatísticas e aumentam os camelôs;

X As favelas proliferam pelas grandes cidades e a política habitacional é um desastre... Em 2006, o Ministério da Habitação não conseguiu construir nem 34 mil casas;

X A política salarial só favorece o lucro dos empresários (...) a cesta básica custa mais do que o salário mínimo;

X O salário mínimo hoje em dia não garante a cesta básica, que dizer, o custo de vida de 1,4 milhão de bolívares (US\$ 700);

X Uma inflação de 18% ao ano corrói os salários;

X Os contratos coletivos. O MVR é o pior patrão do país. Os trabalhadores do Mercal já estão há quase dois anos sem contrato; os empregados públicos, há quatro; os do INCE, há nove; e os trabalhadores do próprio Ministério do Trabalho, há 16 anos! Muitos imaginam que os trabalhadores petroleiros ganham altos salários, mas um funcionário efetivo da PDVSA ganha menos de 150 mil bolívares semanais (menos de US\$ 70);

X Por outro lado, observa-se uma ofensiva contra o movimento operário (...) No sábado 24 de março, no teatro Teresa Carreño, (...) ocorria um importante ato para a construção do PSUV. O discurso de Hugo Chávez foi claro, límpido e direto: *“Os sindicatos não devem ser autônomos, é preciso acabar com isso”*. A voz do presidente não tremeu na hora de repreender os dirigentes sindicais: *“Tenho muitos amigos dirigentes sindicais, mas andam brigados, um para cá e outro para lá. Não os recebo enquanto não se unirem”*;

X A autonomia sindical significa ter a coragem de denunciar que o Estado venezuelano é um patrão muito mau, pois contrata trabalhadores sem garantias trabalhistas, como qualquer chinês dono de um armazém. Se não há autonomia sindical, quem lutará então pelo salário e para acabar com os desmandos cometidos contra os servidores públicos?

Maioria da esquerda caminha alegre e irresponsavelmente em direção ao PSUV

Alguns caminham de cabeça baixa e de forma resignada. Outros (...) alegremente. Por que a esquerda venezuelana atua dessa maneira? Será a primeira vez que se coloca esse pro-

blema para nossa classe? Os mestres da classe trabalhadora, Marx, Engels, Lenin e Trotsky, entre outros, já estudaram a fundo esses processos e recomendaram à classe trabalhadora

manter sua “independência política” (...)

O problema mais grave é que a esquerda venezuelana se tornou de tal maneira oportunista que já nem comentam o “monte de grana” que o governo

está dando às transnacionais, aos banqueiros, aos industriais e à burguesia agrária (...) Caminha alegremente (...) em direção ao partido que seguirá aplicando essas políticas.

Não queremos mais do mesmo

Os trabalhadores devem deixar bem claro que já são oito anos de governo e o problema do desemprego e da pobreza ainda não foi resolvido. Ao mesmo tempo, há enorme abundância de renda petroleira para a burguesia.

Alguns nos dirão que atuar e pensar assim é ser sectário. Que é necessário acompanhar a experiência e a consciência das massas. Respondemos que aquele que faz política a partir da consciência das massas sempre, e invariavelmente, acaba capitulando ao seu atraso. Primeiro a independência de classe, depois a consciência.

Nesse sentido, consideramos um erro a carta enviada por um grupo de companheiros dirigentes sindicais da CCURA (, 27 de março) ao presidente Chávez sobre a “não autonomia dos sindicatos”. Esse documento não fala da política econômica do chavismo (...) Como as massas podem extrair suas conclusões políticas e avançar em sua consciência se seus dirigentes não dizem toda a verdade? Outro grave problema é que a carta parte do pressuposto de que governo e trabalhadores estão no mesmo campo. Como se a sociedade não estivesse dividida em classes...

O texto também diz: “Defendemos o direito dos trabalhadores de fazer política e de se somar ao PSUV” e “não vemos contradição entre construir o PSUV e apoiar a revolução”. Quando os milhares de trabalhadores públicos, petroleiros ou aposentados da CANTV começam a fazer sua experiência com esse governo e vêem seus dirigentes pedindo que ingressem no PSUV, poderão pensar, de for-

ma equivocada: “Agora as coisas vão mudar, já não é o velho MVR, é o novo PSUV”. Isso ajuda no desenvolvimento de sua consciência?

Por isso, a primeira medida que devem tomar é serem consequentes com a resolução do congresso de fundação da CCURA, chamada “A UNT de que necessitamos os trabalhadores e trabalhadoras”: “As organizações sindicais devem ser independentes e autônomas do imperialismo, do Estado, do governo, dos patrões e dos partidos políticos”.

UM EXEMPLO HISTÓRICO

O PERONISMO NA DÉCADA DE 40

No artigo principal desta edição, assinalamos que a política do governo Chávez não representa nenhuma novidade histórica e que se parece com o que foram o peronismo argentino, o PRI mexicano ou os partidos do nacionalismo árabe, embora com maiores limitações. Também mostramos que parte importante de sua política origina-se da necessidade de controlar ferreamente a mobilização do movimento de massas, para evitar que avance para fora dos marcos do Estado burguês, através da estatização dos sindicatos e de um partido burocraticamente centralizado pelo “líder”.

Um período da história argentina ilustra claramente esse objetivo de controlar e disciplinar as massas por parte de uma direção burguesa. O peronismo considera como sua “data de nascimento” o dia 17 de outubro de 1945, quando uma mobilização de massas libertou o coronel Perón, então secretário de Trabalho de um governo militar, preso por outros setores desse governo. A mobilização foi convocada por vários dirigentes sindicais, entre eles Cipriano Reyes, da indústria da carne.

Posteriormente, esses dirigentes formaram o Partido Laborista, que foi a base da primeira

A UST, um agrupamento de revolucionários e defensores incondicionais da independência política da classe trabalhadora, e da unidade sindical independente e autônoma, considera que existem diversos grupos com orientações similares no país. Não acreditamos que esses grupos individualmente tenham força para impor um plano econômico dos trabalhadores. Mas, se juntarmos nossas forças, poderemos construir uma grande frente de esquerda e avançar na organização independente dos trabalhadores.

A outra opção é ingressar no PSUV e submeter-se a sua política econômica de

vitória eleitoral peronista em 1946. Depois da vitória, Perón, embora tenha sido o primeiro filiado do “laborismo”, dissolveu o partido e criou o Partido Justicialista, rigidamente disciplinado à sua direção pessoal. Ao mesmo tempo, prendeu e torturou vários dos principais dirigentes “laboristas” que se opuseram a essa medida, como o próprio Cipriano Reyes, que esteve sete anos preso. Ocorre que, apesar do apoio leal a sua candidatura e a seu governo, o Partido Laborista representava um perigoso processo de organização operária independente.

Por seu lado, a CGT (Confederação Geral do Trabalho) foi incorporada como o “ramo sindical” do Partido Justicialista, junto ao “ramo político” e ao “ramo feminino”. Todos os dirigentes sindicais que não puderam ser cooptados pelo partido ou pelo governo, e que por isso mantiveram algum grau de independência (fossem de esquerda ou burocráticos), foram varridos dos sindicatos e da direção da central, e substituídos por uma ultracorrupta camada de agentes incondicionais do governo.

Assim aconteceu, por exemplo, com a direção de esquerda da FOTIA (Federação dos

favorecer aos capitalistas e ao silêncio cúmplice frente à ocupação do Haiti (...) Submeter-se à vontade dos conhecidos governadores, prefeitos e deputados (...) Submeter-se a um partido sem democracia interna desde seus atos de fundação.

Consideramos que este não é o caminho e chamamos os companheiros da CCURA que assinaram a carta mencionada a romper com o PSUV para que, juntos, construamos a ferreamenta política independente de que a classe trabalhadora venezuelana necessita.

Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Tucumán), que sofreu intervenção depois de uma greve. Ou com o telefônico Luis Gay, outro dos fundadores do Partido Laborista, obrigado a renunciar à secretaria geral da CGT, em 1948, por defender a “autonomia” da central. Em contrapartida, o maior expoente dos “agentes incondicionais” do governo foi José Espejo, um dirigente quase desconhecido do sindicato da alimentação, que assumiu como secretário-geral em 1949 e se manteve no cargo até a derrubada do peronismo, em 1955. Uma piada da época dizia que ele fora eleito porque era “um bom espejo (espelho) do governo”.

Parece-nos que a atual situação venezuelana tem pontos semelhantes à da Argentina desse período: fortalecido por sua recente vitória eleitoral, Chávez decidiu avançar rumo a um controle férreo dos sindicatos. Sua maneira de qualificar aqueles que se opõem ao ingresso no PSUV (“contra-revolucionários”) ou defendem a autonomia sindical da UNT não estará indicando que fará com eles o mesmo que fez Perón com Cipriano Reyes?

VENEZUELA

A PRIMEIRA GRANDE PARALISAÇÃO OPERÁRIA NA VENEZUELA

CÉSAR NETO,
de Caracas (Venezuela)

No último dia 22, os trabalhadores venezuelanos deram uma demonstração de sua disposição de luta. A Unión Nacional de Trabajadores (UNT), em especial sua corrente interna CCURA, convocou seus 120 sindicatos filiados no estado de Aragua para um dia de paralisação.

A paralisação foi convocada em solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores da empresa Sanitarios Maracay, que está sob o controle dos trabalhadores desde que os patrões decla-

raram sua falência.

Num excelente exemplo de controle operário da produção, a empresa voltou a funcionar, a pagar os salários atrasados e, mais do que isso, os trabalhadores tiveram um aumento, já que os lucros deixaram de estar nas mãos dos patrões “sangue-sugas” e passaram a ser divididos entre os que produzem.

O socialismo do século 21 de Hugo Chávez é incompatível com o controle operário da produção.

Desde que os patrões fugiram e os trabalhadores começaram a controlar a fábrica, a UNT e o sindicato da empresa lutam para

que o governo chavista estatize a empresa, mas isto é um “mau exemplo”, e os distintos órgãos do governo se fazem de desentendidos.

No início do mês de maio, já cansados de diversas tentativas de diálogo com o governo de Hugo Chávez, os trabalhadores organizaram uma caravana com dez ônibus à capital do país, Caracas, onde pretendiam fazer uma manifestação em frente ao Palácio de Miraflores. Ao passar pelo primeiro pedágio, foram violentamente reprimidos pela Guarda Nacional, controlada pelo governo central.

A paralisação tinha em seu

programa a estatização da Sanitarios Maracay; fora Didalco Bolívar, governador do Estado; e o fim das concessão dos canais de televisão golpistas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores.

O estado de Aragua está localizado no centro do país e a paralisação cortou, durante um dia, a circulação de mercadorias na região. Esta não é a única paralisação, entretanto, que se enfrenta com o governo chavista. No ano passado, os trabalhadores da Sidor, uma importante siderúrgica – aos moldes da Cosipa ou da Usiminas no

Brasil – ,tomaram a cidade de Porto Ordaz. Este ano, mais uma, vez os trabalhadores da Sidor voltaram a tomar a cidade.

As mobilizações ocorrem por conta dos baixos salários pagos aos trabalhadores na chamada “revolução bonita”. O governo venezuelano não pode esconder que é um mau patrão. Os petroleiros, os funcionários públicos e os trabalhadores do Ministério do Trabalho têm os seus contratos coletivos vencidos há um, quatro e 16 anos, respectivamente. Frente a tão mau patrão, não se é de estranhar a radicalização do trabalhadores da Venezuela.



LIVRO DISCUTE BUROCRATIZAÇÃO NOS SINDICATOS

FERNANDO FERRONE,
de São Paulo (SP)

Diante do grande crescimento da Conlutas no último período, uma pergunta é muito comum: o que garante que a entidade não seguirá o mesmo caminho da CUT? Em outras palavras, o que garante que ela não se voltará no futuro contra esses mesmos trabalhadores e trabalhadoras que dão hoje o sangue para construí-la?

Essa justa preocupação é o ponto de partida do livro “Os sindicatos e a luta contra a burocratização”, de José Maria de Almeida, o Zé Maria. Para respondê-la, o dirigente da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais começa analisando o que levou a CUT a se tornar o que é hoje. Nascida de uma grande efervescência social, cuja expressão mais consolidada foram os sindicatos mais combativos da época, a CUT não conseguiu destruir a velha estrutura sindical herdada do getulismo.

SINDICALISMO PELEGO

De forma didática, Zé Maria mostra como Getúlio Vargas, ainda antes da meta-

de do século passado, conseguiu destruir o movimento sindical combativo da época. O presidente colocou em seu lugar uma estrutura que, se por um lado incorporava importantes conquistas do movimento operário, por outro fazia com que os sindicatos se afastassem dos trabalhadores e se aproximassem dos patrões e do Estado. Esse modelo, aliado a uma forte repressão policial, conseguiu durante muito tempo evitar o desenvolvimento das lutas sindicais no Brasil.

Os sindicatos, que poderiam e deveriam ser escolas de luta política dos operários, como ocorreu em diversos países da Europa, não passavam de instrumentos de conciliação de classe. Ao invés de avançarem a luta, eram um freio; ao invés de organizar na luta para conseguir cada vez mais, faziam com que os trabalhadores se contentassem com o que obtinham nas mobilizações.

Os anos que precederam a década de 1980 foram combativos. Dois fatos bastam para mostrar como o mundo na época estava diante de uma revolução. O primeiro foram as mobilizações mundiais iniciadas com o Maio de 68 fran-

cês, que desmontaram a aparente paz social “existente” desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O segundo foi a vitória do movimento pacifista contra a Guerra do Vietnã (1965-1975). De um só golpe, os trabalhadores viram que não somente era possível destruir o capitalismo e barrar a barbárie da guerra, como essa luta estava na ordem do dia. Os reflexos dessa efervescência chegaram ao Brasil no começo da década de 1980, com a fundação da CUT em oposição ao sindicalismo “pelego” de então e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) contra a política colaboracionista dos partidos comunistas.

MANUTENÇÃO DA VELHA ESTRUTURA

A CUT e o PT nasceram como uma alternativa de direção, porém a estrutura sindical não foi alterada. E não houve mudança porque havia uma política consciente dos setores hegemônicos nessas duas organizações, que não estavam interessados nisso. Foi o caso de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Como não houve revolução na estrutura dos sindicatos, a conquista da



criação de uma nova central sindical se perdeu. Hoje a CUT consegue ser ainda pior que as centrais “pelegas” da época.

Zé Maria identifica esse problema e vai além, ao lançar bases programáticas para a discussão de uma nova forma de fazer sindicalismo. Não se trata de dispensar uma direção, mas é preciso que a base controle de perto sua atuação. Não se trata de abandonar as conquistas que permitem aos

dirigentes sindicais se preparar para a luta, como a liberação do local de trabalho, mas de fazer com que eles estudem e se preparem para mobilizar os trabalhadores da base para que lutem por seus direitos. Mais ainda, trata-se de lutar por conquistas econômicas parciais como mais empregos, melhores salários e condições mais dignas. Por fim, o livro trata de algo mais amplo: lutar pelo socialismo.

PREÇO: R\$ 7

Preço promocional para compras acima de 50 unidades: **R\$ 5**

Tel: 11 3253.5801

VENDAS@EDITORASUNDERMANN.COM.BR
WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR

Editora Sundermann lança coleção de livros de bolso

DA REDAÇÃO



A Editora Sundermann está reformulando seu catálogo e acaba de lançar a “Coleção 10”. São livros em formato de bolso e com preços acessíveis. Tal formato permite que todos os tipos de leitores tomem contato com textos raramente publicados pelas grandes editoras.

Após o livro de Zé Maria, serão publicados mais quatro títulos. O primeiro, “Chávez levará a Venezuela ao socialismo?”, de Alejandro Iturbe. O autor, dirigente da LIT, polemiza com a

tendência crescente na esquerda brasileira e latino-americana de identificar Hugo Chávez como o novo referencial socialista. Iturbe mostra como essa figura é contraditória e expõe as tarefas que os socialistas dever assumir.

Outro texto é “Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada”, da revolucionária comunista russa Alexandra Kollontai. Neste pequeno livro, a histórica militante defende que a luta contra a opressão da mulher é contra o capitalismo. E também que a luta contra o capitalismo é contra a opressão da mulher.

Na sequência, será publica-

do o livro “Homossexualidade: da opressão à libertação”, documento programático fundacional da Secretaria GLBT da Convergência Socialista e posteriormente do PSTU.

Por fim, “O Oriente Médio na perspectiva marxista” reedita artigos teóricos e históricos sobre o conflito na região, analisando a origem do Estado de Israel, a história do Islã e as perspectivas políticas.

Futuramente serão lançados livros como o “Manifesto comunista”, de Marx e Engels, uma coletânea de textos clássicos marxistas sobre os sindicatos, uma história da corren-

te morenista no Brasil e outros.

Com a “Coleção 10”, a Editora Sundermann busca tornar mais acessíveis textos programáticos ou importantes para a formação política dos militantes socialistas brasileiros. O objetivo é que os livros sejam o mais barato possível. A editora incentiva também a compra em lotes por entidades e organizações, como forma de baratear ainda mais o preço.

Os interessados podem visitar **WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR** para conferir esses e outros lançamentos da editora e fazer os pedidos, pelo site ou pelo email **VENDAS@EDITORASUNDERMANN.COM.BR**.